

# **Outro livro ou outro leitor**

*Susana Cesco\**

Roger Chartier é Diretor de investigações na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, foi professor na Sorbone e é autor de diversos livros sobre história cultural e história da escrita. A obra *Formas e Sentido. Cultura Escrita: entre distinção e apropriação* é mais uma em que Chartier pretende fazer uma discussão sobre as distinções e apropriações do texto escrito em suas diversas leituras possíveis.

História dos textos, história dos livros ou uma história das práticas culturais – ou uma outra revolução da leitura. A apresentação feita por Márcia Abreu do livro de Chartier principia por um título que é uma pergunta, cuja resposta será dada no decorrer das práticas de leitura. Fazendo uma análise das práticas de leitura desde que o homem passa a dominar o registro escrito até as práticas atuais como computadores e Internet, o livro não trata de uma “revolução da leitura”, haja vista que seu autor já passou por um processo como esse e já vê a leitura como objeto central de uma investigação.

As idéias de Chartier contribuíram também para ver-se os livros como um todo (papel, orelha, tipógrafos, editores, etc.) e não apenas o texto do autor, negando pois a “abstração da leitura”. Chartier propõe, assim, que se perceba as diferentes apropriações culturais por distintos grupos ou indivíduos e analisar como cada um lê o mesmo texto, uma “leitura da leitura” (11).

Diferenciando-se das abordagens tradicionais *Formas e Sentido. Cultura Escrita: entre distinção e apropriação* apresenta ao leitor uma nova possibilidade de interpretação do próprio texto que está sendo lido e um novo “olhar” através da história. De forma interessante, o autor nos faz perceber, em certos momentos do texto, o quanto podemos manipular e ser manipulados por um livro, e como isto ocorre sem que, muitas vezes, nos demos conta. Esta manipulação nas interpretações passa pela forma e estrutura do livro e pode chegar aos “personagens da história”, cabendo ao leitor atento fazer uma leitura que permita explorar estes pontos, analisar as formas e sentidos dos textos e documentos levando em conta aspectos que nem sempre são considerados importantes.

O livro é composto de quatro artigos cuja grande ênfase é buscar examinar as condições de produção e as formas de transmissão de um conjunto de textos e estudar como eles interferem na construção do sentido (12).

No primeiro capítulo, o autor identifica textos do século XVIII que já apresentavam reflexões sobre as relações entre as atividades simbólicas e os suportes de transmissão do escrito. Citando Vico, Condorcet e Malesherbes, Chartier relata como obras destes autores distinguem “épocas” através de diferentes formas de escrita (17). Passando pela linguagem não-articulada dos hieróglifos, pelo início da abstração com os símbolos e chegando à total possibilidade de abstração com as letras; as citações de Vico apresentam uma ruptura “que permite a abstração, que institui a legalidade e a igualdade” (20). Este rompimento do confisco do saber pelas classes sacerdotais e professorais possibilitou o avanço das ciências e levou os sacerdotes a uma tarefa meramente cultural.

Continuando sua discussão sobre os autores acima mencionados, Chartier passa a identificar a imprensa com o novo método de comunicação em que as opiniões são expressas com menos paixão e mais razão, em que se perde a “vida” das palavras e se ganha a profundidade das luzes. Apesar disto, são ressaltados os limites destes possíveis autores.

Com outro objetivo (a história da monarquia), mas com as mesmas perspectivas, o autor também analisa a obra de Malesherbes, em que as atribuições administrativas da corte eram definidas por quem “sabia interpretar as leis”, demarcando definitivamente a separação entre o tempo da oralidade e o tempo da escrita. Ou seja, estas obras procuraram analisar como as modificações na fixação, divulgação e conservação do escrito também modificou as relações entre os homens, os modos de exercício do poder e as técnicas intelectuais.

Para amalgamar a discussão, Chartier passa a trabalhar o livro como suporte (folhas de papel unidas) e ressalta que a revolução da escrita não ocorre com o surgimento do livro ou da imprensa com caracteres móveis. Esta revolução ocorre no campo da abstração, quando

da passagem da oralidade para a leitura silenciosa, visual. Outro ponto importante é que a leitura passa a ser sabedoria, interpretação, deixando de ser repetição.

Também é apontada a “revolução da leitura”, em que esta deixa de ser intensiva (ler muitas vezes o mesmo texto) e passa a ser extensiva (leitura sucessiva de muitos textos). Nesta esteira de revoluções surgem os textos eletrônicos, uma nova mudança na maneira de ver a escrita, como algo imaterial. Estas revoluções do mundo moderno são mais referentes a suportes e transmissão do que de estrutura dos textos propriamente ditos. Chartier também ressalta que a passagem do volumem ao codex, dos livros impressos aos textos eletrônicos as significações do texto não podem ser separadas das modalidades materiais que o dão a ler a seus leitores.

O terceiro capítulo é iniciado com uma citação de “A Tempestade” de Shakespeare e a influência que os livros podem ter sobre decisões políticas de um monarca, daí a importância das bibliotecas reais. Estas mesmas bibliotecas que passam a ser “públicas” no século XVII e cujos acervos passam a ser usados não só ao exercício do saber mas à história da monarquia e à propaganda de Estado.

Outro ponto abordado são os livros doados aos príncipes. As doações adquirem um carácter quase “sagrado”, equivalendo-se ao das igrejas dedicadas a Deus pelos mortais. Esta cena é representada na dedicatória da obra, que não era escrita, através de uma imagem do autor de joelhos diante do monarca lhe oferecendo a obra.

Tais cenas, muito presentes até o século XVIII, demonstram bem o quanto esses homens das letras, inteligentes e de espírito filosófico ainda buscam obter o apadrinhamento dos soberanos (64). Apadrinhamento este que, quando conseguido, se revertia em cargos e boas remunerações junto à corte.

Ainda no terceiro capítulo, Chartier faz referência ao teatro. Citando Moliere e a representação de “Le mari confondu” de George Dandin, em 1668. Aqui, o mesmo texto é visto e representado de formas diversas: primeiro quando se destina ao Rei Luiz XIV e ao público de Versalhes, e depois quando é encenado na festa de Santo Humberto.

Chartier discute as diversas interpretações possíveis de um texto, levando em conta seu público e o objetivo ao se adaptá-lo para o teatro. De uma “comédia leve”, entremeadada de danças e balé, de tal forma que pareceu duas peças encenadas ao mesmo tempo, que fez a corte rir em meio as festas de Versalhes e o sentido “social” dado à representação popular.

Inserindo na discussão o gênero das representações teatrais, Chartier aborda as atribuições dadas ao “drama”, à “comédia” e o “romance”, por dicionários do século XVIII, e questiona as designações de “verdadeiro” das primeiras e de “fábula”, do último. No caso da peça em discussão (George Dandin), Chartier chama a atenção para o fato de que todo o público de Versalhes recebe antes um livreto impresso, uma espécie de “prospecto” com a história que se iria encenar. Esta prevenção, esta falta de surpresa para o texto a ser representado também servia para deixar clara a participação do monarca na viabilização do espetáculo e também para enaltecê-lo (97), além de direcionar a interpretação do público. A peça que conta a história de Dandin, um camponês que faz um casamento infeliz com uma mulher de classe superior, também serve para mostrar as diferenças entre a aristocracia e a “humanidade comum” (101).

Essa tradição da escrita se repete após as encenações da peça, em que é escrito um texto que contava como havia sido a festa. Este texto ressaltava que o relato escrito jamais faria jus ao que a festa havia sido. Aqui Chartier questiona, baseado em quatro relatos sobre a peça encenada em 1668 em Versalhes: Um anterior, e três posteriores ao evento. As diferenças nas narrativas apontam como estes textos podem dar sentidos diversos ao que foi representado por Moliere e seu grupo. Tais divergências textuais apresentam por fim duas interpretações para a peça: primeiro “uma comédia que se sustentava sobretudo por seus incidentes divertidos, seu plano cômico”; segundo, “uma comédia que é, antes de tudo, imagem (e crítica) de uma realidade contemporânea” (116 e 117). Chartier se questiona: “a qual das duas peças a corte assistiu em 1668?” (117).

Por fim, Chartier discute os conceitos de Leituras “populares”. Com a “proposição” a cultura popular é uma categoria erudita” (141),

ele justifica que quem faz o que chamamos cultura popular não tem consciência disto. Esta categoria é uma definição e uma discussão erudita e é encarada pelos intelectuais como “uma alteridade cultural ainda mais difícil de pensar que a encontrada nos mundos exóticos” (141).

A cultura popular, que teve um momento de ápice no tempo do rei Sol e que já foi considerada por muitos como extinta, deve ser vista em cada momento histórico de formas diferentes. Segundo Chartier, “o que se modificou, com evidência, foi a maneira pela qual essas identidades puderam enunciar e se afirmar fazendo uso de dispositivos que deviam destruí-las” (147). Isto se deu na forma de uma fragmentação da cultura pública, porém devemos nos questionar se esta cultura pública compartilhada era tão homogênea quanto parece ou que a “cultura popular” seja tão diversa da cultura das elites. Outro ponto que deve ser levado em conta é a distância (social e cronológica) entre o contexto da produção de um texto e suas recepções ao longo dos séculos. É preciso considerar que cada prática ou discurso popular pode ser objeto de duas análises, mostrando termo a termo sua autonomia e sua heteronomia.

De forma geral, o livro tem um texto agradável e instigante, estimulando o leitor a questionar, rever e reinterpretar as informações que lhe chegam através dos livros. Também nos indica algumas perguntas que devem ser feitas a qualquer livro antes de o ler-mos, perguntas que possibilitarão um olhar menos ingênuo sobre as idéias de seus autores, inclusive do próprio Chartier.

## **Notas**

\*Aluna do programa de pós graduação em História – mestrado - da Universidade Federal de Santa Catarina. Linha de pesquisa: Migrações, Construções Sócio Culturais e Meio Ambiente.

## **Referências bibliográficas**

CHARTIER, Roger. Formas e Sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.